



2022

# RELATÓRIO E CONTAS

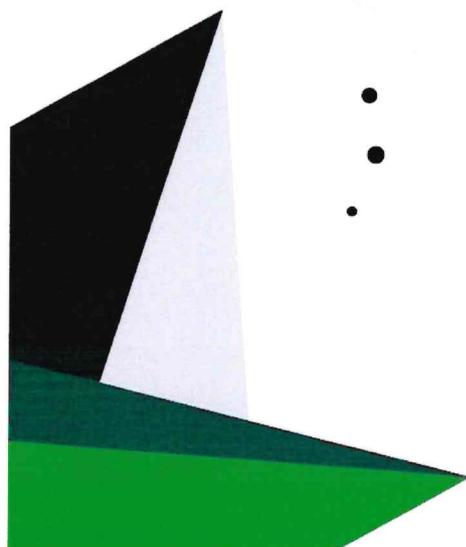
ASSEMBLEIA GERAL

---

12 JULHO 2023



**GEDIPF**



**Relatório da Direção**

**Balanço**

**Demonstração dos Resultados por Natureza**

**Demonstração dos Fluxos de Caixa**

**Demonstração das Alterações no Capital Próprio**

**Anexo**

**Certificação Legal das Contas**

**Relatório e Pareceres do Conselho Fiscal**

**Relatório  
da Direção**

**1**

## RELATÓRIO DA DIREÇÃO

Caros Associados,

Nos termos da Lei e dos Estatutos, vem a direção da GEDIPE – Associação para a Gestão Coletiva de Direitos de Autor e de Produtores Cinematográficos e Audiovisuais, submeter à apreciação de V. Exas. o Relatório de Gestão do exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

### 1. Enquadramento Económico

A atividade económica registou a partir do segundo trimestre de 2022 uma forte desaceleração. A evolução recente da economia portuguesa tem sido condicionada pelos efeitos da agressão militar russa à Ucrânia, em particular o aumento da incerteza geopolítica e a crise energética na Europa, que contribuíram para o aumento de custos e preços e para a deterioração da confiança dos agentes económicos.

Num contexto de inflação muito elevada e estagnação do rendimento disponível real, a resiliência do consumo é explicada pelo desempenho do mercado de trabalho, que se estima numa situação de estabilização do emprego e da taxa de desemprego, pelo impacto das medidas públicas de apoio e pelo recurso às poupanças acumuladas durante a pandemia.

O aumento da entrada de fundos da União Europeia, em particular dos associados ao PRR, deverá contribuir para suportar o investimento empresarial em 2023-25. As características das empresas beneficiárias do PRR, em termos de dimensão, stock de capital, produtividade do trabalho ou pendor exportador, sugerem um impacto relevante dos investimentos cofinanciados.

O investimento desacelerou para 1,3% em 2022, projetando-se crescimentos de 2,9% em 2023 e de 4,9%, em média, em 2024-25. O comportamento é explicado pelo adiamento de projetos num contexto de elevada incerteza, restrições da oferta, de materiais e mão de obra, aumento dos custos de produção, aperto das condições de financiamento e abrandamento da procura.

M  
 ✶  
 JM

O comportamento dos principais indicadores económicos apresenta-se no seguinte quadro (valores em percentagens):

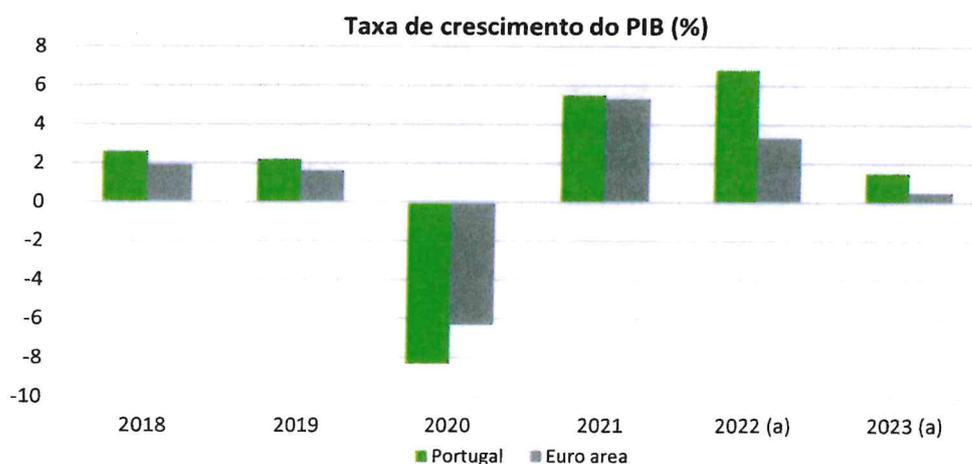
Principais indicadores económicos (%)						
	2018	2019	2020	2021	2022 (a)	2023 (a)
Produto interno bruto (PIB)	2,6	2,2	-8,3	5,5	6,8	1,5
Consumo privado	2,9	2,4	-2,8	4,7	5,9	0,2
Consumo público	0,7	0,7	0,1	4,6	2,0	1,9
Défice (% do PIB)	-0,3	0,1	-5,8	-2,9	-1,8	-0,6
Taxa de desemprego	7,0	6,5	7,0	6,6	5,9	5,9
Taxa de inflação (IPC)	1,0	0,3	0,0	1,3	7,8	6,4

Fontes: INE – Instituto Nacional de Estatística, Ministério das Finanças, Banco de Portugal e Eurostat  
 Notas: (a) Previsões OCDE e Banco de Portugal (dez/2022)

O mercado de trabalho manteve um comportamento favorável em 2022, perspetivando-se uma estabilização do emprego e da taxa de desemprego em 2023-25. A taxa de desemprego diminuiu em 2022 (5,9%), um valor historicamente baixo.

Nas projeções do Euro Sistema, o crescimento do PIB na área do euro situa-se em 3,4% em 2022 e reduz-se para 0,5% em 2023, recuperando para cerca de 1,9% em 2024-25. Recorde-se que o impacto da pandemia foi superior em Portugal, traduzindo-se numa queda do PIB mais marcada em 2020 (8,3% vs. 6,2%) e numa recuperação similar em 2021 (5,5% vs. 5,2%). O diferencial positivo de crescimento da economia portuguesa desde 2019 face à área do euro situa-se próximo de 3% e reflete diversos fatores estruturais e conjunturais.

Neste enquadramento, projeta-se um crescimento do PIB devendo atingir 6,8% em 2022 e de 1,5% em 2023, conforme quadro a seguir apresentado (valores em percentagens):

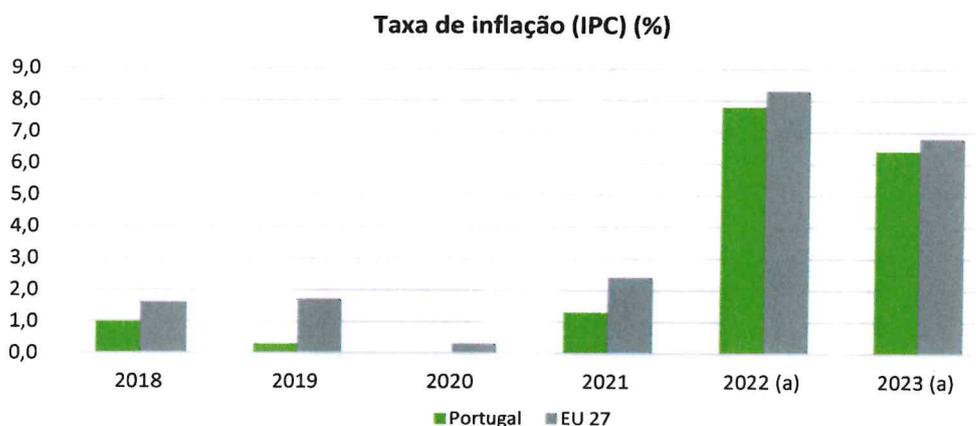


Fontes: Ministério das Finanças e Comissão Europeia  
 Notas: (a) Previsões OCDE

De um modo geral, verificou-se em todos os países da EU um crescimento do PIB, sendo que Espanha atingiu um PIB de 4,7% e a Alemanha atingiu um PIB de 1,8% em 2022. Na zona Euro estima-se que o PIB atinge 3,3%, o que se mostra inferior ao alcançado em Portugal.

Em dezembro de 2022, a taxa de juro aplicável às operações principais de refinanciamento situa-se em 2,5%, enquanto a taxa de juro aplicável à facilidade permanente de cedência de liquidez é 2,75%. Como resposta à subida generalizada da inflação o BCE tem vindo a aumentar as taxas de juro.

Em 2022, a taxa de inflação (IPC) registou uma taxa de variação média anual de 7,8% (1,3% em 2021), valor mais elevado desde 1992. A variação do indicador de inflação subjacente, medido pelo índice total excluindo produtos alimentares não transformados e energéticos, foi 5,6% em 2022 (0,8% em 2021). O comportamento e evolução das taxas de inflação apresentam-se no seguinte quadro (valores em percentagens):



Fontes: Banco de Portugal e Comissão Europeia

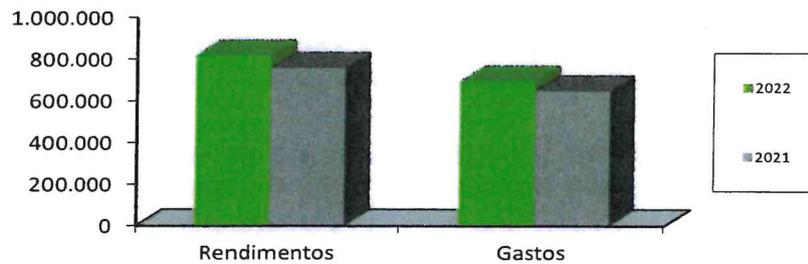
Notas: (a) Previsões

Como notas finais, o crescimento será contido no primeiro semestre de 2023, projetando-se uma moderação das despesas das famílias, algum adiamento dos planos de investimento das empresas e um abrandamento das exportações. Tais desenvolvimentos ocorrem num quadro de incerteza global, manutenção de preços de energia elevados, erosão do poder de compra, aperto das condições financeiras e enfraquecimento da procura externa.

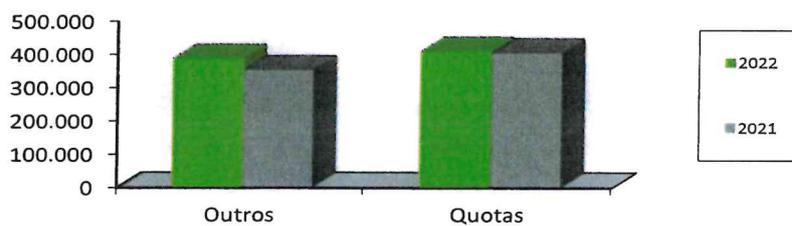
M  
S  
S

## 2. ATIVIDADE DESENVOLVIDA EM 2022

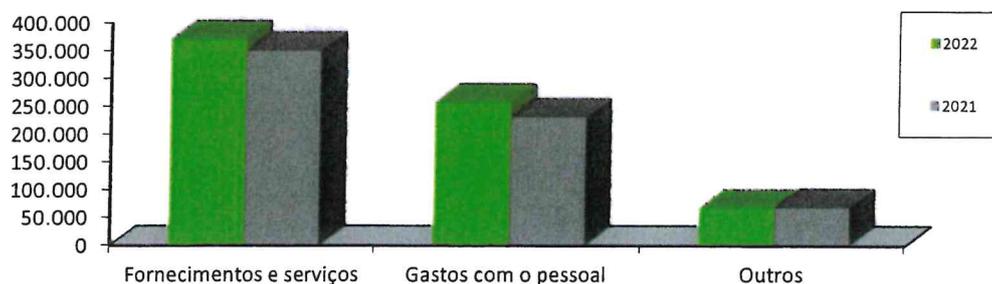
Os gastos e os rendimentos operacionais apresentam a seguinte evolução (valores em euros):



Ao nível dos rendimentos estes decorrem das quotizações, comissões de gestão, e de prestações de serviços no âmbito do projeto de cobrança de direitos conexos de comunicação pública audiovisual, conforme gráfico comparativo que se apresenta (valores em euros):



No que respeita aos gastos operacionais estes decorrem, fundamentalmente, de fornecimentos e serviços e gastos com o pessoal, conforme gráfico comparativo que se apresenta (valores em euros):



Os direitos de retransmissão, com referência a 31 de dezembro de 2022, debitados e distribuídos são os seguintes (valores em euros):

Descrição	31-12-2021	Exercício de 2022	31-12-2022
Debitados	62.907.659	5.758,303	68.665.962
Distribuídos	52.646.211	5.486.128	58.132.339

Os direitos de retransmissão debitados até 31 de dezembro de 2022 ascenderam a 68.665.962 euros. Os direitos de retransmissão correspondentes ao exercício ascenderam a 5.758.303 euros.

No presente exercício foram distribuídos direitos de retransmissão por cabo, no valor de 5.486.128 euros. O valor total dos direitos de retransmissão distribuídos até 31 de dezembro de 2022 ascendeu a 58.132.339 euros.

Nos termos do disposto no artigo 29.º da Lei n.º 100/2017, de 23 de agosto, a quantia correspondente a 5% do valor dos direitos debitados relativos a retransmissão por cabo ou similares (3.371.256 euros) são transferidos para o fundo cultural. Nos termos da legislação referenciada tais quantias apenas podem ser utilizadas em atividade sociais, formação, culturais e outras, estando a ser geridas em contas bancárias individualizadas.

No presente exercício foram distribuídos direitos de cópia privada, no valor de 2.648.611 euros, respeitando 2.200.930 euros aos titulares nacionais e 447.681 euros aos titulares internacionais. O valor total dos direitos distribuídos até 31 de dezembro de 2022 ascendeu a 11.076.258 euros.

De salientar ainda, a distribuição acumulada da reserva do fundo cultural dos direitos de cópia privada, cujo valor até 31 de dezembro de 2022 ascendeu a 902.936 euros. No exercício ascendeu a 73.006 euros.

Relativamente aos direitos de comunicação pública foi debitado um total acumulado 11.362.539 euros.

No que respeita, ao montante consignado pela AGECOP para afetação a projetos elegíveis do fundo cultural, o valor disponibilizado por utilizar, em 31 de dezembro de 2022, ascendia a 1.589.772 euros. No exercício foi utilizada e objeto de prestação de contas a quantia a 311.760 euros.

Os rendimentos acumulados das aplicações financeiras a 31 de dezembro ascendem a 1.758.826 euros, com a seguinte decomposição (valores em euros):

Descrição	31-12-2021	Exercício de 2022	31-12-2022
Retransmissão – Fiduciária	1.263.725	402	1.264.127
Retransmissão - Fundo cultural	179.511	36	179.547
Cópia Privada – Fiduciária	231.723	81	231.804
Cópia Privada - Fundo cultural	57.964	5	57.969
Cópia Privada – F. Cultural AGECOP	16.447	0	16.447
Comunicação Pública - Fiduciária	8.933	-1	8.932
	<b>1.758.303</b>	<b>523</b>	<b>1.758.826</b>

No orçamento de exploração foram concretizados os seguintes recebimentos e pagamentos (valores em euros):

Saldo inicial	624.317
Recebimentos	1.275.424
Pagamentos	<u>988.933</u>
Saldo final	<u>910.808</u>

### **INVESTIMENTOS**

No exercício não foi concretizado qualquer investimento.

### **3. FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO**

Após o termo do exercício e até à presente data, não ocorreram factos relevantes que possam alterar os pressupostos na base dos quais este documento é produzido.

### **4. PERSPETIVAS PARA O EXERCÍCIO DE 2023**

Tendo presente o orçamento de exploração para 2023, os proveitos estimados ascendem a 723.504 euros.

**5. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Na presente data, não existem dívidas em mora perante a Segurança Social ou perante o Estado.

**6. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS**

Propõe-se a transferência do resultado líquido do exercício, no valor de 98.890,48 euros (noventa e oito mil oitocentos e noventa euros e quarenta e oito cêntimos) para Resultados transitados.

Lisboa, 28 de abril de 2023

**DIREÇÃO**

Luís Miguel  
Susana Ceito  


**Balanço**

**2**

Entidade: GEDIPE - Associação para a Gestão Coletiva Direitos de Autor e de Produtores Cinematográficos e Audiovisuais  
**BALANÇO INDIVIDUAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022**

EURO

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31/12/2022	31/12/2021
<b>ATIVO</b>			
<b>Ativo não corrente</b>			
Ativos fixos tangíveis	5	34 327,17	63 615,40
Ativos intangíveis	6	0,00	4 002,53
Outros instrumentos financeiros		4 242,83	3 558,56
		<b>38 570,00</b>	<b>71 176,49</b>
<b>Ativo corrente</b>			
Clientes	7	1 380 096,56	1 839 030,86
Estado e outros entes públicos	8	51 822,08	102 706,90
Outros créditos a receber	7	279 673,19	271 903,03
Diferimentos		4 215,66	5 324,06
Caixa e depósitos bancários	4	20 215 501,71	17 656 172,24
		<b>21 931 309,20</b>	<b>19 875 137,09</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>21 969 879,20</b>	<b>19 946 313,58</b>
<b>CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO</b>			
<b>Capital próprio</b>			
Resultados transitados	9	668 799,08	580 562,62
		<b>668 799,08</b>	<b>580 562,62</b>
Resultado líquido do período	9	98 890,48	88 236,46
		<b>767 689,56</b>	<b>668 799,08</b>
<b>Passivo não corrente</b>			
Financiamentos obtidos	10	26 302,61	36 852,93
Outras dívidas a pagar	11	13 809 810,44	12 285 269,27
		<b>13 836 113,05</b>	<b>12 322 122,20</b>
<b>Passivo corrente</b>			
Fornecedores	11	7 778,04	4 462,70
Estado e outros entes públicos	8	248 119,15	66 117,39
Financiamentos obtidos	10	9 620,28	8 574,72
Outras dívidas a pagar	11	7 100 559,12	6 876 237,49
		<b>7 366 076,59</b>	<b>6 955 392,30</b>
<b>Total do passivo</b>		<b>21 202 189,64</b>	<b>19 277 514,50</b>
<b>Total do capital próprio e do passivo</b>		<b>21 969 879,20</b>	<b>19 946 313,58</b>

Direção

*Susana Costa*  
*[Assinatura]*

Contabilista Certificado

*[Assinatura]*

# **Demonstração dos Resultados por Naturezas**

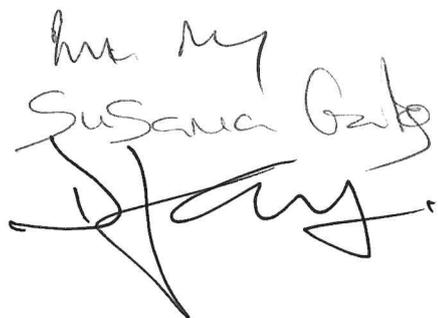
**3**

Entidade: GEDIPE - Associação para a Gestão Coletiva Direitos de Autor e de Produtores Cinematográficos e Audiovisuais  
**DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR NATUREZAS**  
 PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

EURO

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2022	2021
Vendas e serviços prestados	12	796 740,13	728 234,97
Subsídios à exploração		112,00	0,00
Fornecimentos e serviços externos	13	-370 648,04	-349 983,97
Gastos com o pessoal	14	-256 867,49	-230 608,36
Outros rendimentos	12	20 835,88	31 171,13
Outros gastos	15	-31 282,66	-28 602,98
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		<b>158 889,82</b>	<b>150 210,79</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5 e 6	-35 954,23	-39 806,57
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>122 935,59</b>	<b>110 404,22</b>
Juros e gastos similares suportados	15	-1 085,60	-1 324,74
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>121 849,99</b>	<b>109 079,48</b>
Imposto sobre o rendimento do período	8	-22 959,51	-20 843,02
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>98 890,48</b>	<b>88 236,46</b>

Direção

*Susana Gato*  


Contabilista Certificado



# **Demonstração dos Fluxos de Caixa**

**4**

Entidade: GEDIPE - Associação para a Gestão Coletiva Direitos de Autor e de Produtores Cinematográficos e Audiovisuais  
**DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DE FLUXOS DE CAIXA**  
**PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022**

EURO

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2022	2021
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais - método direto</b>			
Quotas de associados		270 000,00	270 000,00
Comissões de gestão e outros serviços		662 903,96	652 965,25
Recebimentos de direitos		10 668 525,53	9 080 245,67
Pagamentos de direitos		-8 752 669,18	-7 377 179,68
Disponibilizações fundo cultural AGE COP		733 073,13	853 390,85
Utilizações fundo cultural AGE COP		-311 759,50	-888 923,64
Pagamentos a fornecedores		-401 645,38	-386 626,62
Pagamentos ao pessoal		-251 153,55	-226 859,72
Caixa gerada pelas operações		2 617 275,01	1 977 012,11
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		-24 982,09	-13 986,87
Outros recebimentos/pagamentos relativos à atividade operacional		-21 688,82	-389 576,98
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		2 570 604,10	1 573 448,26
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento</b>			
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Ativos fixos tangíveis		0,00	0,00
Ativos intangíveis		0,00	0,00
Outros ativos		-684,27	-661,06
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Ativos fixos tangíveis		0,00	0,00
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		-684,27	-661,06
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</b>			
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Juros e gastos similares		-1 085,60	-1 324,74
Outras operações de financiamento		-9 504,76	-9 189,74
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		-10 590,36	-10 514,48
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		2 559 329,47	1 562 272,72
Efeito das diferenças de câmbio		0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período	4	17 656 172,24	16 093 899,52
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	20 215 501,71	17 656 172,24

Direção

*Susana Gato*  
*[Assinatura]*

Contabilista Certificado

*[Assinatura]*

# **Demonstração das Alterações nos Capitais Próprios**

**5**

Entidade: GEDIPE - Associação para a Gestão Coletiva Direitos de Autor e de Produtores Cinematográficos e Audiovisuais  
 DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO DE 2022

EURO

DESCRIÇÃO	NOTAS	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe				Interesses que não controlam	Total do Capital Próprio
		Capital subscrito	Resultados transitados	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período		
Posição no início do período 2022	6	0,00	580 562,62	0,00	88 236,46	0,00	668 799,08
<b>Alterações no período</b>							
Primeira adoção de novo referencial contabilístico							
Alterações de políticas contabilísticas							
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras							
Realização de excedentes de revalorização							
Excedentes de revalorização							
Ajustamentos por impostos diferidos							
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	7	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Resultado líquido do período</b>	8				98 890,48	0,00	98 890,48
<b>Resultado integral</b>	9=7+8				98 890,48	0,00	98 890,48
<b>Operações com detentores de capital no período</b>							
Realizações de capital							
Realizações de prémios de emissão							
Distribuições			88 236,46		-88 236,46	0,00	0,00
Entradas para cobertura de perdas							
Outras operações	10	0,00	88 236,46	0,00	-88 236,46	0,00	0,00
<b>Posição no fim do período 2022</b>	11=6+7+8+10	0,00	668 799,08	0,00	98 890,48	0,00	767 689,56

Direção

*Susana Gato*  
 Susana Gato

Contabilista Certificado

*[Assinatura]*

Entidade: GEDIPE - Associação para a Gestão Coletiva Direitos de Autor e de Produtores Cinematográficos e Audiovisuais  
 DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO DE 2021

DESCRIÇÃO	NOTAS	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe					Interesses que não controlam	Total do Capital Próprio
		Capital subscrito	Resultados transitados	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total		
1	9	0,00	549 849,44	0,00	30 713,18	580 562,62	0,00	580 562,62
<b>Alterações no período</b>								
Primeira adoção de novo referencial contabilístico								
Alterações de políticas contabilísticas								
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras								
Realização de excedentes de revalorização								
Excedentes de revalorização								
Ajustamentos por impostos diferidos								
Outras alterações reconhecidas no capital próprio								
2		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Resultado líquido do período</b>	3				88 236,46	88 236,46	0,00	88 236,46
<b>Resultado integral</b>	4=2+3				88 236,46	88 236,46	0,00	88 236,46
<b>Operações com detentores de capital no período</b>								
Realizações de capital								
Realizações de prémios de emissão								
Distribuições			30 713,18		-30 713,18	0,00	0,00	0,00
Entradas para cobertura de perdas								
Outras operações								
5		0,00	30 713,18	0,00	-30 713,18	0,00	0,00	0,00
<b>Posição no fim do período 2021</b>	6=1+2+3+5	0,00	580 562,62	0,00	88 236,46	668 799,08	0,00	668 799,08

Direção

  
 Susana Gato

Contabilista Certificado



**Anexo**

**6**

## ANEXO

### *Exercício de 2022*

#### **1. Identificação da entidade:**

- 1 – Designação da entidade: GEDIPE – Associação para a Gestão Coletiva de Direitos de Autor e de Produtores Cinematográficos e Audiovisuais.
- 2 – Sede: Avenida Infante Dom Henrique, n.º 306, Lote 6, 1.º piso, freguesia de Marvila, concelho de Lisboa.
- 3 – Natureza da atividade: Gestão coletiva do direito de autor e dos direitos conexos em relação aos produtos audiovisuais produzidos e editados pelos autores, produtores e editores seus representados.

A Associação está legalmente constituída e registada na IGAC – Inspeção Geral das Atividades Culturais como Sociedade de Gestão Coletiva sob o número noventa e seis, folha quarenta e sete, e encontra-se matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, sob o número 504229290.

A GEDIPE no âmbito do seu objeto e em conformidade com a Lei das Sociedades de Gestão Coletiva procede à emissão de débitos de direitos conexos de retransmissão aos operadores de televisão por cabo, de cópia privada e de direitos de comunicação pública audiovisual.

O orçamento da GEDIPE é suportado por quotizações, comissões de gestão e prestações de serviços no âmbito do projeto de cobrança de direitos conexos de comunicação pública audiovisual.

As quantias apresentadas nas notas seguintes são referidas em euros.

As notas não mencionadas não se aplicam à Associação ou respeitam a factos ou situações não materialmente relevantes ou que não ocorreram no exercício de 2022.

## **2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras:**

### 2.1 – Referencial contabilístico utilizado:

As demonstrações financeiras encontram-se preparadas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), referencial contabilístico português, publicado em 13 de julho de 2009 através do Decreto-Lei n.º 158/2009.

### 2.2 – Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior:

As contas do balanço e da demonstração dos resultados são comparáveis com as do exercício anterior.

## **3. Principais políticas contabilísticas:**

### 3.1 – Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras:

A estrutura conceptual do SNC tem por base as seguintes bases de mensuração: custo histórico, custo corrente, valor realizável, valor presente e justo valor, as quais são aplicadas de forma diferenciada no momento inicial e nos períodos subsequentes.

As demonstrações financeiras da associação, de uma forma geral, foram preparadas de acordo com o critério base do custo histórico.

As políticas contabilísticas apresentadas foram aplicadas de forma consistente em todos os exercícios apresentados nas demonstrações financeiras.

A Direção optou pelas bases de mensuração abaixo descritas.

### 3.2 – Outras políticas contabilísticas relevantes:

#### Ativos fixos tangíveis

Os bens adquiridos são mensurados ao custo de aquisição, o qual inclui as despesas adicionais de compra. Posteriormente são mantidos ao custo histórico líquidos das respetivas depreciações e perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são efetuadas tendo por base as taxas definidas fiscalmente, sendo que a Associação considera que refletem adequadamente a vida útil estimada dos bens, sendo apresentadas como segue:

Edifícios e outras construções	10 anos
Equipamento de transporte	4 - 5 anos
Equipamento administrativo	3 - 10 anos

#### Ativos intangíveis

Os ativos adquiridos são mensurados inicialmente ao custo de aquisição, o qual inclui as despesas adicionais de compra, sendo mantidos ao custo histórico na mensuração ocorrida em períodos subsequentes, sendo apenas sujeitos a testes de imparidade quando existem indicadores que apontem nesse sentido.

#### Valores a receber

Os valores a receber são inicialmente mensurados ao custo, podendo posteriormente ser reduzidos pelo reconhecimento de perdas por imparidade, sendo esta perda apenas reconhecida quando existe evidência objetiva de que a Associação não receberá a totalidade dos montantes em dívida.

#### Reconhecimento dos direitos e ganhos associados

Os direitos de retransmissão, os direitos de comunicação pública e os direitos de cópia privada cobrados e os ganhos associados, nomeadamente os decorrentes das aplicações de capitais, são reconhecidos em contas a pagar para distribuição aos seus titulares. De referir, que 5% dos direitos de retransmissão debitados foram transferidos para o fundo social e cultural e 5 % dos direitos de comunicação pública debitados são transferidos para o fundo social e cultural no momento da distribuição anual de direitos aos titulares, nos termos disposto no artigo 29.º da Lei n.º 100/2017, de 23 de agosto. Atualmente não é transferido o valor de 5%, de direitos de cópia privada, para o fundo social e cultural uma vez que a AGE COP deduz 20% sobre o total dos direitos debitados para o fundo social e cultural e transfere diretamente essas verbas, para uma conta própria da GEDIPE com a designação “Fundo Cultural AGE COP”.



### Caixa e equivalentes de caixa

A caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a doze meses a contar da data de balanço, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em instituições de crédito.

### Rendimentos e gastos

Os rendimentos e gastos são registados no período a que se referem independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio de contabilidade em regime de acréscimo. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas de Outros ativos ou passivos conforme sejam valores a receber ou a pagar.

### Rédito

O rédito compreende o justo valor da prestação de serviços, líquido de impostos e descontos, é reconhecido com referência à sua prestação.

### Impostos sobre o rendimento

Os impostos sobre lucros registados em resultados, incluem o efeito dos impostos correntes e impostos diferidos.

Os impostos correntes correspondem ao valor esperado a pagar sobre o rendimento tributável do período, que incide sobre as comissões de gestão, serviços administrativos e outras prestações de serviços, utilizando a taxa de imposto em vigor, à data de balanço, e quaisquer ajustamentos aos impostos de períodos anteriores.

#### 3.3 – Juízos de valor com impacto nas demonstrações financeiras:

Não foram efetuados juízos de valor com impacto nas demonstrações financeiras.

#### 3.4 – Principais pressupostos relativos ao futuro:

A Associação encontra-se sujeita a diversos riscos, quer de mercado, crédito e de liquidez.

A Associação gere o risco de liquidez, tendo por objetivo garantir que, a todo o momento, a entidade mantém a capacidade financeira para, dentro de condições de mercado não



desfavoráveis, cumprir com as suas obrigações de pagamento à medida do seu vencimento e garantir atempadamente o financiamento adequado ao desenvolvimento dos seus negócios e estratégia.

### 3.5 – Principais fontes de incerteza das estimativas:

As NCRF's requerem que sejam efetuados julgamentos e estimativas no âmbito da tomada de decisão sobre alguns tratamentos contabilísticos com impactos nos valores reportados no total do ativo, passivo, capital próprio, rendimentos e gastos. Os efeitos reais podem diferir das estimativas e julgamentos efetuados, nomeadamente no que se refere ao efeito dos rendimentos e gastos reais.

As principais estimativas contabilísticas e julgamentos, utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pela Associação, são apresentados nesta nota com o objetivo de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afeta os resultados reportados e a sua divulgação.

Uma descrição alargada das principais políticas contabilísticas utilizadas pela Associação é apresentada nas Notas 3.1 e 3.2.

Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adotado pela Associação o resultado, reportado pela Associação, poderia ser diferente, caso um tratamento diferente tivesse sido escolhido.

A Direção considera que as escolhas efetuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira da Associação e o resultado das suas operações em todos os aspetos materialmente relevantes. Os resultados das alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para assistir o leitor no entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas ou estimativas são mais apropriadas.

### Impostos sobre os lucros

A Associação encontra-se isenta de pagamento do IRC na sua atividade associativa e sem fins lucrativos e sujeita ao pagamento de IRC sobre as comissões de gestão, serviços administrativos e outras prestações de serviços. O pagamento do imposto sobre o rendimento é efetuado com base no pró-rata entre estas duas vertentes e de acordo com a lei portuguesa. A determinação do montante global de impostos sobre os lucros requer determinadas interpretações e estimativas.

Existem diversas transações e cálculos para os quais a determinação do valor final do imposto a pagar é incerto durante o ciclo normal dos negócios. Outras interpretações e

estimativas poderiam resultar num nível diferente dos impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período.

Em Portugal, as Autoridades Fiscais têm a atribuição de rever o cálculo da matéria coletável efetuado pela Associação, durante um período de quatro ou seis anos, no caso de haver prejuízos fiscais reportáveis. Desta forma, é possível que haja correções à matéria coletável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção da Direção de que não haverá correções significativas aos impostos sobre os lucros registados nas demonstrações financeiras.

#### Benefícios a empregados – estimativa de férias

A determinação das responsabilidades por benefícios aos empregados requer a utilização de pressupostos e estimativas, incluindo a utilização de projeções salariais. Contudo, as alterações a estes pressupostos não deverão ter um impacto significativo nos valores determinados.

#### **4. Fluxos de caixa:**

4.1 – Comentário da Direção sobre a quantia dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso:

Não existem saldos indisponíveis para uso.

4.2 – Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários:

Descrição	2022	2021
<u>Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis</u>		
Orçamento exploração	910.807,58	624.316,86
Retransmissão por cabo - Fiduciária	7.131.321,82	6.822.491,05
Retransmissão por cabo - Fundo cultural	1.276.727,30	1.122.377,45
Cópia Privada - Fiduciária	6.814.640,25	6.189.646,01
Cópia Privada - Fundo Cultural	34.718,26	108.721,20
AGECOP - Fundo cultural cópia privada	1.589.771,82	1.168.458,19
Direitos de comunicação pública - Fiduciária	2.047.573,30	1.193.768,24
Direitos de comunicação pública - Distribuição	220.043,47	251.234,03
Dtos aluguer e comodato	1.473,10	1.560,20
Cópia Privada - Orçamento	13.678,94	13.766,04
Direitos de comunicação pública - Fundo Cultural	174.745,87	159.832,97
Caixa e seus equivalentes	<b>20.215.501,71</b>	<b>17.656.172,24</b>

**5. Ativos fixos tangíveis:**

5.1 – Divulgações por cada classe de ativos fixos tangíveis:

**Exercício de 2022**

Movimentos	Rubricas				Total
	Edifícios e outras construções	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	
Saldo inicial:					
Valor de aquisição	65.498,54	88.353,83	65.589,03	1.445,53	65.498,54
Depreciação acumulada	-51.863,74	-55.605,10	-48.357,14	-1.445,55	-51.863,74
Imparidade acumulada	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor líquido inicial	<b>13.634,80</b>	<b>32.748,73</b>	<b>17.231,89</b>	<b>-0,02</b>	<b>63.615,40</b>
Movimentos do ano:					
Aquisições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Abates	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Depreciação do exercício	-2.212,62	-22.088,46	-4.987,15	0,00	-29.288,23
Imparidade do exercício	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total de movimentos	<b>-2.212,62</b>	<b>-22.088,46</b>	<b>-4.987,15</b>	<b>0,00</b>	<b>-29.288,23</b>
Saldo final:					
Valor de aquisição	65.498,54	88.353,83	65.589,03	1.445,53	220.886,93
Depreciação acumulada	-54.076,36	-77.693,56	-53.344,29	-1.445,55	-186.559,76
Imparidade acumulada	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor líquido final	<b>11.422,18</b>	<b>10.660,27</b>	<b>12.244,74</b>	<b>-0,02</b>	<b>34.327,17</b>

**Exercício de 2021**

Movimentos	Rubricas				Total
	Edifícios e outras construções	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	
Saldo inicial:					
Valor de aquisição	65.498,54	88.353,83	65.589,03	1.445,53	220.886,93
Depreciação acumulada	-49.651,12	-33.516,64	-42.473,16	-1.156,44	-126.797,36
Imparidade acumulada	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor líquido inicial	<b>15.847,42</b>	<b>54.837,19</b>	<b>23.115,87</b>	<b>289,09</b>	<b>94.089,57</b>
Movimentos do ano:					
Aquisições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Abates	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Depreciação do exercício	-2.212,62	-22.088,46	-5.883,98	-289,11	-30.474,17
Imparidade do exercício	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total de movimentos	<b>-2.212,62</b>	<b>-22.088,46</b>	<b>-5.883,98</b>	<b>-289,11</b>	<b>-30.474,17</b>
Saldo final:					
Valor de aquisição	65.498,54	88.353,83	65.589,03	1.445,53	220.886,93
Depreciação acumulada	-51.863,74	-55.605,10	-48.357,14	-1.445,55	-157.271,53
Imparidade acumulada	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor líquido final	<b>13.634,80</b>	<b>32.748,73</b>	<b>17.231,89</b>	<b>-0,02</b>	<b>63.615,40</b>

As bases de mensuração utilizadas dos ativos fixos tangíveis têm uma vida útil finita, sendo utilizado o método da linha reta no registo das depreciações, imputadas numa base sistemática pelo período de vida útil que estimámos, conforme descrito na Nota 3.2.

5.2 – Existência e quantias de restrições de titularidade de ativos fixos tangíveis dados como garantia de passivos:

Não existe qualquer restrição à titularidade de ativos fixos tangíveis.

## 6. Ativos intangíveis:

### 6.1 – Divulgações por cada classe de ativos intangíveis:

#### Exercício de 2022

Movimentos	Rubricas		Total
	Programas de computador	Outros ativos intangíveis	
Saldo inicial:			
Valor de aquisição	33.186,78	0,00	33.186,78
Depreciação acumulada	-29.184,25	0,00	-29.184,25
Valor líquido inicial	<b>4.002,53</b>	<b>0,00</b>	<b>4.002,53</b>
Movimentos do ano:			
Aquisições	0,00	0,00	0,00
Depreciação do exercício	-6.666,00	0,00	-6.666,00
Imparidade do exercício	2.663,47	0,00	2.663,47
Total de movimentos	<b>-4.002,53</b>	<b>0,00</b>	<b>-4.002,53</b>
Saldo final:			
Valor de aquisição	33.186,78	0,00	33.186,78
Depreciação acumulada	-35.850,25	0,00	-35.850,25
Valor líquido final	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

#### Exercício de 2021

Movimentos	Rubricas		Total
	Programas de computador	Outros ativos intangíveis	
Saldo inicial:			
Valor de aquisição	33.186,78	0,00	33.186,78
Depreciação acumulada	-19.851,85	0,00	-19.851,85
Valor líquido inicial	<b>13.334,93</b>	<b>0,00</b>	<b>13.334,93</b>
Movimentos do ano:			
Aquisições	0,00	0,00	0,00
Depreciação do exercício	-9.332,40	0,00	-9.332,40
Total de movimentos	<b>-9.332,40</b>	<b>0,00</b>	<b>-9.332,40</b>
Saldo final:			
Valor de aquisição	33.186,78	0,00	33.186,78
Depreciação acumulada	-29.184,25	0,00	-29.184,25
Valor líquido final	<b>4.002,53</b>	<b>0,00</b>	<b>4.002,53</b>

Os ativos intangíveis têm uma vida útil finita, sendo utilizado o método da linha reta no registo das amortizações, imputadas numa base sistemática pelo período de vida útil que estimámos que ascenda a 3 anos.

## 7. Cientes e outros créditos a receber:

7.1 – Bases de mensuração utilizadas para os instrumentos financeiros e outras políticas contabilísticas utilizadas para a contabilização de instrumentos financeiros relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras. Categorias de ativos e passivos financeiros:

Os instrumentos financeiros detidos pela Associação encontram-se mensurados ao custo ou custo amortizado, menos qualquer perda por imparidade, ou, nos casos aplicáveis, ao justo valor, com as alterações de justo valor a serem reconhecidas na demonstração dos resultados.

O detalhe da rubrica de clientes apresenta-se como segue:

Natureza	2022	2021
Cientes conta corrente	1.380.096,56	1.839.030,86
Cientes de cobrança duvidosa	666,87	666,87
Total bruto	<b>1.380.763,43</b>	<b>1.839.697,73</b>
Perdas por imparidade acumuladas	-666,87	-666,87
Total líquido	<b>1.380.096,56</b>	<b>1.839.030,86</b>

A exposição da Associação ao risco de crédito é atribuível aos créditos a receber da sua atividade normal. Os montantes apresentados no balanço encontram-se líquidos das perdas acumuladas por imparidade para cobranças duvidosas que foram estimadas pela Associação de acordo com a sua experiência e com base na sua avaliação da conjuntura e envolvente económica.

A Associação entende que o valor contabilístico dos outros créditos a receber é próximo do seu justo valor.

A 31 de dezembro 2022 não temos indicações de que não serão cumpridos os prazos normais de recebimento dos valores incluídos em clientes não vencidos e em clientes vencidos para os quais não existe imparidade registada.

O detalhe dos outros créditos a receber apresenta-se como segue:

Natureza	2022	2021
Acréscimos de rendimentos	278.838,00	271.172,14
Outros devedores	835,19	730,89
Total	<b>279.673,19</b>	<b>271.903,03</b>

#### 8. Estado e outros entes públicos:

A rubrica de Estado e outros entes públicos respeita às seguintes naturezas:

Natureza	2022		2021	
	Ativo corrente	Passivo corrente	Ativo corrente	Passivo corrente
Imposto sobre o rendimento	0,00	14.391,33	0,00	16.586,02
Retenção de impostos sobre rendimentos	0,00	229.335,90	0,00	45.439,31
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	51.822,08	0,00	102.706,90	0,00
Contribuições para a Segurança Social	0,00	4.391,92	0,00	4.092,06
Total	<b>51.822,08</b>	<b>248.119,15</b>	<b>102.706,90</b>	<b>66.117,39</b>

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos, sendo cinco anos para a Segurança Social. Deste modo, as declarações fiscais da Associação dos anos de 2019 a 2022 poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão.

A Direção da Associação entende que as correções resultantes de revisões, por parte das autoridades fiscais, àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022. Não foram reconhecidos outros impostos diferidos ativos ou passivos, dado que não existem situações que levem à sua contabilização.

## 9. Capital Próprio:

A variação ocorrida, nos anos de 2021 e 2022, no capital próprio encontra-se devidamente evidenciada na Demonstração das alterações no capital próprio.

## 10. Financiamentos obtidos:

Os financiamentos obtidos respeitam às seguintes dívidas:

Tipo de financiamento obtido	Passivo não corrente	Passivo corrente	Total
Locações financeiras	26.302,61	9.620,28	35.922,89

### 10.1 – Informação a prestar referente a locações financeiras (locatários):

Categoria de ativo	Valor líquido	Divisão temporal		
		Inferior a 1 ano	Superior a 1 ano e inferior a 5 anos	Superior a 5 anos
BMW 530E (25-ZO-52)	0,00	5.253,84	12.275,91	0,00
SEAT Tarraco (42-ZU-40)	10.660,28	4.366,44	14.026,70	0,00
Total	<b>10.660,28</b>	<b>9.620,28</b>	<b>26.302,61</b>	<b>0,00</b>

De salientar que não existem rendas contingentes reconhecidas.

## 11. Fornecedores e outras dívidas a pagar:

11.1 – Bases de mensuração utilizadas para os instrumentos financeiros e outras políticas contábilísticas utilizadas para a contabilização de instrumentos financeiros relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras. Categorias de ativos e passivos financeiros:

Os instrumentos financeiros detidos pela Associação encontram-se mensurados ao custo ou custo amortizado, menos qualquer perda por imparidade, ou, nos casos aplicáveis, ao justo valor, com as alterações de justo valor a serem reconhecidas na demonstração dos resultados.

O detalhe da rubrica de fornecedores apresenta-se como segue:

Natureza	2022	2021
Fornecedores conta corrente	7.778,04	4.462,70

A rubrica de outras dívidas a pagar apresenta-se como segue:

Natureza	2022	2021
Credores por acréscimos de gastos	35.221,12	31.461,00
	<b>35.221,12</b>	<b>31.461,00</b>
Outros credores:		
Direitos a pagar	286.426,77	75.000,02
Fundo cultural	-5.669.285,07	-5.175.322,86
Direitos cobrados	101.877.750,87	90.895.674,72
Direitos pagos	-77.437.005,63	-68.472.909,70
Rendimentos de aplicações financeiras	1.758.825,95	1.758.302,79
Juros de depósitos à ordem	29.524,32	29.524,32
Outros	28.911,23	19.776,47
	<b>20.875.148,44</b>	<b>19.130.045,76</b>
Total	<b>20.910.369,56</b>	<b>19.161.506,76</b>

As outras dívidas a pagar constantes do passivo não corrente ascendem a 13.809.810,44 euros e do passivo corrente a 7.100.559,12 euros.

## 12. Rédito:

12.1 – Políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento do rédito incluindo os métodos adotados para determinar a fase de acabamento de transações que envolvem a prestação de serviços.

O rédito compreende o justo valor da prestação de serviços, líquido de impostos e descontos, e é reconhecido com referência à sua prestação.

12.2 – Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período incluindo o rédito proveniente de:

Natureza	2022	2021
Prestações de serviços:		
Serviços	796.740,13	728.234,97
Total de prestações de serviços	<b>796.740,13</b>	<b>728.234,97</b>
Outros rendimentos:		
Cedência de espaço sem serviços	18.000,00	18.000,00
Correções relativas a períodos anteriores	2.663,75	12.982,73
Outros	172,13	188,40
Total de outros rendimentos	<b>20.835,88</b>	<b>31.171,13</b>

**13. Fornecimentos e serviços externos:**

Os fornecimentos e serviços externos apresentam o seguinte detalhe:

Natureza	2022	2021
Trabalhos especializados	140.752,59	148.872,08
Honorários	112.788,00	104.597,25
Rendas e alugueres	63.679,09	61.531,37
Combustíveis	9.770,72	6.763,90
Deslocações e estadas	9.590,43	2.842,42
Comunicação	7.024,41	8.300,38
Material de escritório	3.314,02	1.954,39
Artigos para oferta	3.000,00	0,00
Despesas de representação	1.519,88	742,00
Diversos	19.208,90	14.380,18
Total	<b>370.648,04</b>	<b>349.983,97</b>

**14. Gastos com o pessoal:**

Os gastos com o pessoal apresentam o seguinte detalhe:

Natureza	2022	2021
Remunerações	211.335,82	189.112,37
Encargos sobre remunerações	38.913,52	35.577,10
Seguro de acidentes de trabalho e doenças profissionais	5.907,23	5.207,97
Outros gastos com o pessoal	710,92	710,92
Total	<b>256.867,49</b>	<b>230.608,36</b>

Durante o exercício de 2022, o número médio de pessoas ao serviço da Associação foi de 7 funcionários. Não se encontram estabelecidos benefícios a longo prazo para funcionários.

**15. Outros gastos e juros e gastos similares suportados:**

As rubricas de outros gastos e de juros e gastos similares suportados apresentam o seguinte detalhe:

Natureza	2022	2021
Outros gastos:		
Impostos	28.780,78	28.174,20
Correções relativas a exercícios anteriores	0,65	280,37
Diversos	2.501,23	148,41
Total de outros gastos:	<b>31.282,66</b>	<b>28.602,98</b>
Juros e gastos similares suportados:		
Juros suportados	1.085,60	1.324,74
Total de juros e gastos similares suportados	<b>1.085,60</b>	<b>1.324,74</b>

## **16. Acontecimentos após a data do balanço:**

### 16.1 – Autorização para emissão:

a) Data em que as demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão e indicação de quem autorizou.

A Direção autorizou a emissão das demonstrações financeiras na data estipulada no “Relatório da Direção”.

b) Indicação sobre se os Associados, ou outros, têm o poder de alterar as demonstrações financeiras após esta data.

Os Associados detêm o poder de alterar as demonstrações financeiras após a data acima referida.

16.2 – Atualização da divulgação acerca de condições à data do balanço. Indicação sobre se foram recebidas informações após a data do balanço acerca de condições que existiam à data do balanço. Em caso afirmativo, indicação sobre se, face às novas informações, foram atualizadas as divulgações que se relacionam com essas condições.

Não existiram situações significativas que alterem a posição financeira relatada.

## **17. Menções exigidas por diplomas legais**

O Revisor Oficial de Contas debitou-nos durante o exercício de 2022 o valor de 6.494,40 euros (IVA incluído) relativo à revisão de contas e 1.230,00 euros (IVA incluído) referente a parecer sobre relatório de transparência do exercício de 2021, não nos tendo sido debitados quaisquer outros valores.

**Direção**

*Susana Costa*  
*[Assinatura]*

**Contabilista Certificado**

*[Assinatura]*

# **Certificação Legal das Contas**

**7**

**CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS**

**RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

**Opinião**

Auditei as demonstrações financeiras anexas de GEDIPE-Associação para a Gestão Coletiva de Direitos de Autor e de Produtores Cinematográficos e Audiovisuais, que compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2022 (que evidencia um total de 21 969 879 euros e um total de capital próprio de 767 690 euros, com um resultado líquido de 98 890 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em minha opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de GEDIPE-Associação para a Gestão Coletiva de Direitos de Autor e de Produtores Cinematográficos e Audiovisuais, em 31 de Dezembro de 2022 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

**Bases para a opinião**

A minha auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As minhas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Sou independente da Entidade nos termos da lei e cumpro os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estou convicto de que a prova de auditoria que obtive é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a minha opinião.



### **Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras**

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

A minha responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a minha opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

## MANUEL NETA PINHEIRO

Revisor Oficial de Contas

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, faço julgamentos profissionais e mantenho ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identifico e avalio os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebo e executo procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtenho prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a minha opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtenho uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avalio a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluo sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluir que existe uma incerteza material, devo chamar a atenção no meu relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a minha opinião. As minhas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;



## **MANUEL NETA PINHEIRO**

Revisor Oficial de Contas

- avalio a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunico com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A minha responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

### **RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES**

#### **Sobre o relatório de gestão**

Em minha opinião, o relatório da direção foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentos aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas, e tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identifico incorreções materiais.

Prior Velho, 26 de Junho de 2023



**Manuel Neta Pinheiro**

Revisor Oficial de Contas

# **Relatório e Pareceres do Conselho Fiscal**

**8**



## RELATÓRIO E PARECERES DO CONSELHO FISCAL

Senhores Associados,

Em cumprimento da lei e dos estatutos, apresentamos:

- Relatório da nossa Actividade e Parecer sobre o Relatório e Contas;
- Parecer sobre o Relatório de Transparência,

Os dois documentos foram-nos apresentados pela Direcção da GEDIPE-Associação para a Gestão Coletiva de Direitos de Autor e de Produtores Cinematográficos e Audiovisuais, e são referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2022.

Acompanhámos a actividade da Associação e obtivemos os esclarecimentos e informações indispensáveis ao desempenho das nossas funções.

No final do exercício, analisámos os documentos apresentados pela Direcção, designadamente:

- o Relatório, o Balanço, a Demonstração de resultados por naturezas, a Demonstração das alterações no capital próprio, a Demonstração dos fluxos de caixa e respectivo Anexo; e
- o Relatório de Transparência.

O Revisor Oficial de Contas emitiu a adequada Certificação Legal das Contas, e Parecer sobre o Relatório de Transparência, com as quais concordamos e que devem considerar-se parte integrante deste Relatório.

Em resultado dos exames efectuados, é nossa convicção que o Relatório da Direcção é suficientemente esclarecedor da situação e actividade da Associação e que as Demonstrações Financeiras satisfazem as disposições legais e estatutárias. Consideramos também que o Relatório de Transparência cumpre os quesitos previstos no Anexo, a que se refere o artº 26-A da Lei



26/2015 de 14 de Abril, com as alterações produzidas pelos DL 100/2017 de 23 de Agosto e DL 89/2019 de 4 de Julho.

Baseados nas informações e explicações recebidas da Direcção e dos Serviços e tendo em consideração as análises e verificações efectuadas, somos de parecer que:

- a) Que sejam aprovados o Relatório e as Contas apresentadas pela Direcção;
- b) Que seja aprovada a Proposta de aplicação dos resultados apresentada pela Direcção;
- c) Que seja aprovado o Relatório de Transparência apresentado pela Direcção.

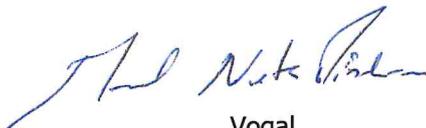
O Dr António Henriques Gaspar cessou em 20 de Dezembro de 2021 o exercício de funções como pessoa nomeada pela TVI – Televisão Independente, SA, neste Conselho Fiscal, não tendo ainda sido nomeado um substituto para este cargo.

Por último, pretendemos expressar à Direcção e aos Serviços da Associação, o nosso reconhecimento pela disponibilidade e colaboração manifestadas.

Lisboa, 26 de Junho de 2023

O Conselho Fiscal

  
Presidente - Films4You – Cinema, Lda,  
representada por João Paulo Abreu

  
Vogal

Manuel Neta Pinheiro  
Revisor Oficial de Contas